



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM
Procuradoria



OFÍCIO.PROC.IGAM.SISEMA Nº 1.018/2015

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2015.

Prezado (a) Senhor (a),

Foi apresentada defesa administrativa por V.Sa no processo administrativo nº 0478.09.0004 relativo ao Auto de Infração nº 993/2009 BH de 15/10/2009.

Em resposta a sua manifestação, esclarecemos que de acordo com a regra do art. 6º, I, da Lei Estadual nº 21.735/2015 estão remetidos os créditos não tributários decorrentes de penalidades aplicadas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas de valor original igual ou inferior a R\$15.000,00 (quinze mil reais), inscrito ou não em dívida ativa, ajuizada ou não a sua cobrança, cujo auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração tenha sido emitido até o dia 31 de dezembro de 2012.

Entretanto, a remissão do crédito não tributário fica condicionada, nos termos do artigo 6º, §2º da Lei nº 21.735/2015:

I – à renúncia pelo devedor aos honorários advocatícios e ao ressarcimento de despesas processuais a ele eventualmente devidos em razão da remissão;

II – à desistência de eventuais recursos, ações, impugnações à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, tanto judicial como administrativamente.

Nesse sentido, caso seja de vosso interesse obter o benefício da remissão do crédito, torna-se indispensável o preenchimento do Termo anexo, que deverá ser encaminhado no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento deste Ofício, para a Procuradoria do IGAM, no endereço: Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Serra Verde – 2º andar/ Prédio Minas; CEP: 31.630-900 – Belo Horizonte/ MG.

Esclarecemos que a remissão do crédito não tributário refere-se exclusivamente ao valor da multa, não abrangendo as demais penalidades eventualmente aplicadas e a responsabilidade civil. Dessa forma, faz-se necessária a regularização ambiental por parte do autuado, sendo passível de nova fiscalização e consequente lavratura de novo auto de infração, com aplicação de multa em valor

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Serra Verde – 2º andar/ Prédio Minas.
CEP: 31.630-900 – Belo Horizonte/ MG
Telefone: (31) 3915-1404



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM
Procuradoria



superior decorrente dos efeitos da reincidência, conforme disposto no artigo 65 do Decreto nº 44.844/2008.

Atenciosamente,

Rafael Ferreira Toledo

Procurador-Chefe do IGAM

MASP: 1.332.856-2 OAB/MG: 119.102

Ao Representante Legal:

Besa Ltda.

Rua Tupis, 457 – sala 801 - Centro

CEP: 30.190-921 – Belo Horizonte/MG

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Serra Verde – 2º andar/ Prédio Minas.
CEP: 31.630-900 – Belo Horizonte/ MG
Telefone: (31) 3915-1404

86
UA

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ao Representante Legal:

Besa Ltda.

ENDEREÇO / ADRESSE

Rua Tupis, 457 - sala 801 - Centro

CEP: 30.190-921 - Belo Horizonte/MG

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Of. Proc. 56 AM. Sistema 10/8/2015

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Dr. Valdo dos Reis

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

04/12/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Dr. Valdo dos Reis

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Agente de Correios
Mat. 3.414.160-3

04 DEZ 2015

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



CONTROLE DE AUTO DE INFRAÇÃO

Processo nº 0478.09.0004

Auto de Infração nº 993/2009

Data: 15/10/2009

Auto de Fiscalização nº 015664

Data: 06/10/2009

Boletim de Ocorrência: não há

Data: -

Data da Notificação: 23/10/2009

Autuado: Besa Ltda

CPF/CNPJ: 18.952.358/0001-80

Infração: Art. 84, anexo II, código 204 e código 209 (2X) do Decreto nº 44.844/08.

Descrição da Infração:

1 – Promover ou manter intervenções que altere o regime, quantidade e/ou qualidade dos recursos hídricos sem a devida outorga ou em desconformidade com a mesma, nas coordenadas S 19º 32' 12,6'' / W 43º 54' 18,6' e finais S 19º 32' 12,5'' / W 43º 54' 18,8'; e S 19º 32' 12,1'' / W 43º 54' 21,3' e finais S 19º 32' 12,3'' / W 43º 54' 21,1'.

2- Extrair água subterrânea, captar ou derivar águas superficiais para fins de consumo humano, sem a respectiva outorga, nas coordenadas S 19º 32' 12,2'' / W 43º 54' 20,5'.

- A intervenção foi constatada no Município de Jaboticatubas/MG.

Porte: não informado

Penalidade: multa

Reincidência: () SIM (x) Não

Agravante: não

Atenuante: não

Regularização da intervenção (SIAM): () sim () não

PARECER JURÍDICO

(X) Confirmação () Conversão de penalidade () Saneamento () Anulação (X) Remissão

Trata-se de Auto de Infração lavrado em face de Besa Ltda, em virtude de vistoria ambiental realizada em 15/10/2009, conforme descrito no Auto de Infração nº 993/2009, oportunidade em que foram constatadas as seguintes infrações: 1- Promover ou manter intervenções que altere o regime, quantidade e/ou qualidade dos recursos hídricos sem a devida outorga ou em desconformidade com a mesma, nas coordenadas S 19º 32' 12,6'' / W 43º 54' 18,6' e finais S 19º 32' 12,5'' / W 43º 54' 18,8'; e S 19º 32' 12,1'' / W 43º 54' 21,3' e finais S 19º 32' 12,3'' / W 43º 54' 21,1'; 2- Extrair água subterrânea, captar ou derivar águas superficiais para fins de consumo humano, sem a respectiva outorga, nas coordenadas S 19º 32' 12,2'' / W 43º 54' 20,5'.

Em decorrência da infração foram aplicadas as penalidades de advertência e de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

multa, com fundamento no art. 84, anexo II, código 204, e código 209 (2X) do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Notificado em 23/10/2009 (fls.07), o autuado apresentou defesa em 06 de novembro de 2009 (fls. 08-83), ou seja, tempestivamente, dentro do prazo de 20 dias a contar do recebimento da notificação, conforme disposto no artigo 33 do Decreto nº 44.844/2008.

Pleiteia o recorrente a substituição das penas de multa por advertência, alegando que não agiu de má-fé uma vez que tinha o entendimento de que a autorização do CODEMA do Município de Jaboticatubas era bastante para regularizar a intervenção realizada por meio da instalação de sete manilhas com diâmetro de 0,90 X 1,00, no rego d'água que corta a "Rua Buritis" para compactação e calçamento, em observância ao projeto de infraestrutura.

Quanto às razões expostas pelo recorrente, não são suficientes para desconstituir as infrações, uma vez que não há fundamento normativo-legal que autorize a Administração Pública a substituir a pena de multa por advertência, nos termos do Decreto Estadual nº 44.844/2008. Ademais, a intervenção em corpos d'água e a extração em aquíferos estão condicionadas à previa autorização de uso de recursos hídricos pelo IGAM, ou seja, a outorga de direito de uso de recursos hídricos deve anteceder a intervenção no regime, qualidade ou quantidade hídricos, nos termos do artigo 18, incisos II e V da Lei Estadual nº 13.199/1999.

Ademais, compulsando os autos, podemos verificar que não há qualquer mácula insanável no AI com o condão de descaracterizá-lo e cancelar as penalidades aplicadas, devendo ser ratificado, subsistindo a aplicação das penalidades de multa.

Em consulta ao SIAM, constam 06 (seis) regularizações em nome do autuado, contudo, **nenhuma delas refere-se à regularização das intervenções em coordenadas geográficas coincidentes com as descritas no AI nº 993/2009.**

No que diz respeito à penalidade de advertência, conforme já dito no AI nº 993/2009, o Processo nº 01596/2008 constante no SIAM refere-se à autorização de perfuração de poço tubular, e não à outorga de direito de uso de recursos hídricos para captação de água subterrânea. Nesse caso, recomendamos a **confirmação da penalidade de advertência e a notificação do autuado para providenciar a regularização da intervenção hídrica constante do auto de infração, no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de conversão em multas simples, por determinação do artigo 58, parágrafo**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Instituto Mineiro de Gestão das Águas



único, do Decreto Estadual nº 44.844/08.

Portanto, recomendamos o não provimento do recurso e que sejam mantidas as penalidades de advertência e de multa.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2016.

Renata Maria de Araujo

MASP 113.0756-3

OAB/MG 92.819

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Tendo em vista as disposições contidas na Lei Estadual nº 12.584, de 17 de julho de 1997 e as competências a mim atribuídas pelo artigo 9º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 46.636, de 28 de outubro de 2014, acolho o parecer jurídico e DETERMINO a notificação do autuado para:

- Tomar ciência do não provimento do recurso, bem como da manutenção das penalidades de advertência e de multa;
- Providenciar a regularização da intervenção hídrica constante do auto de infração, no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de conversão da penalidade de advertência em multa simples, por determinação do artigo 58, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 44.844/08
- Tomar ciência do direito de interpor recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos no prazo de 30 (trinta) dias.

Belo Horizonte, de de 2016.

Maria de Fátima Chagas Dias Coelho
Diretora Geral do IGAM

AI : 993/2009
PROC: 0478.03.0004



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM



MEMO.GAB.IGAM.SISEMA nº 1123 /2016

Belo Horizonte 21 de novembro de 2016.

Para: Rafael Ferreira Toledo
Procurador do IGAM

Assunto: Devolução de Processos de AI

Senhor Procurador,

Devolvemos a V.Sa os processos listados abaixo encaminhado a esta Autarquia para assinatura.

AUTUADO (A)	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO
1. Edson Bonisson	0019.01.10	191/2010
2. Elio Salvo Borem	415.08.0001	444/2008
3. Eldinei dos Reis Silva	003.02.2008	66.481/2007
4. Basileo Coxir	0016.06.10	002938
5. Antonio Jorge de Oliveira	62.05.09	31771/09
6. Attenister Tarcisio Rego	04.05.10	001525
7. José Ricardo Barbosa do Nascimento	255.07.0004	533/2010
8. Avan Plast Comercial Ltda	26/02/2010	003206/2010
9. Besa Ltda	0478.09.0004	993/2009
10. Celia Batista Arruda Alvares	291.08.161	592/2009
11. Jose Ferreira da Rocha	17.08.09	035830
12. Claudio Geraldo Pereira	34.12.08	001278/2008
13. Jose Antonio Martins de Oliveira	040.08.067	1407/2010
14. Emilio Lamorca Puerta	0022.09.10	1285/2010
15. Vanderley Lopes dos Reis	25628/2014	1856/2010
16. Vilma Dias Melgaço		979/2010
17. Virgilio Damasio Gomes		65501/2010
18. Nivaldo Pereira Lima	411.08.0012	1337/2011
19. Parque Residencial Vivendas	296.08.0003	1354/2011



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

20. José Ronaldo Motta	008.01.2011	97368/2011
21. José Marcio de Resende	010.01.2011	129055/2011
22. Deflt Serviços Ltda	0015.06.10	013060/2010
23. Germison Aparecido	0005.08.10	1012/2010
24. Geraldo Alves da Silva	114.06.0001	551/2009
25. Ildes Aparecido da Fonseca(Apenso Proc.040.08.178)	012.011.011	1603/2010
26. Ofelino Flor	296/07	1267/2011
27. Edson Pereira de Carvalho	127.11.04	1351/2011
28. Valdemar Francisco da Silva (Apenso AI1222/2011)	29.06.;2011	1222/2011
29. Jorge Konishi	383.08.0047	1329/2011
30. Josimar Antonio Medeiros	001.5/06	1173/2011
31. Maria Imaculada Lucas (Apenso AI 163/09 e 752/12)	007.12.12	889/2012
32. Pedras Captolio Ltda	115.04.07	1330/2011

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,

Moacir Moreira da Assunção
Chefe de Gabinete

**BESA LTDA**

RUA TUPIS, 457 SALA 801 CENTRO - CEP: 30.190-060 - FONES: (031) 3273.20.36 - 3273-4567 -
BH - MG - E-mail: besaltda@hotmail.com



Ao
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM
Procuradoria Jurídica
Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/no. Serra Verde - 2º. Andar/Prédio
Minas
Belo Horizonte/MG:

Ref.: Auto de infração no. 993/2009 BH de 15/10/2009

Autuada: Besa Ltda

TERMO DE DESISTÊNCIA DE DEFESA E/OU RECURSO PARA
CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE REMISSÃO DA LEI ESTADUAL
21.735/2015

Em atenção ao disposto no art. 6º, & 2º, I e II da Lei Estadual no. 21.735/2015, a autuada **BESA LTDA**, CNPJ de no. 18.952.358/0001-80, com endereço à Rua Tupis, 457, sala 801, Centro, Belo Horizonte/MG, vem pelo presente desistir da defesa e/ou recurso administrativos interpostos em face do **auto de infração no. 993/2009 de 15/10/2009**.

A autuada declara ainda a ciência de que a remissão a que pretende fazer jus se restringe aos créditos não tributários referentes ao mencionado Auto de Infração, não abrangendo as demais penalidades eventualmente aplicadas tais como, apreensão de bens, suspensão de atividades, embargo de obras, etc., bem como sua conduta infracional, que será considerada, inclusive para fins de reincidência.

Por fim, a autuada declara que tem ciência da necessidade de providenciar a regularização ambiental, sob pena de nova fiscalização e consequente lavratura de novo auto de infração, com aplicação de multa em valor superior decorrente dos efeitos da reincidência, conforme disposto no artigo 65 do Decreto no. 44.844/2008.

Nestes termos, firmo o presente.



Belo Horizonte, 07 de março de 2016.

BESA LTDA.

LEONARDO PRAÇOVNIK

18 952 358 / 0001-80

BESA LTDA.

Rua Tupis, 457 - Sala 801
Centro - CEP 30190-060

BELO HORIZONTE - MG

RECEBIDO PROC. IGAM
Data 10/03/16
Nome [Signature]

00055399 1501 2016
SIGED
Anote abaixo o número do SIFRO

6049439. 1170. 2016. 6

Handwritten signature or scribble.

CARTÓRIO DO 9º OFÍCIO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG
Rua São Paulo, 1115 - Centro - Fone: (31) 3247-3535
Tabelião: Walquíria Mara Graciano Machado Rabelo

9º
Ofício de Notas

Reconheço a semelhança da firma de: LEONARDO FRADOVNIK.

Emol: R\$ 4,20 Recomp: R\$ 0,25 T.F.J.: R\$ 1,38 Total.: R\$ 5,83

Dou fe. Em testemunho da verdade.

Belo Horizonte-MG 09/03/2016 14:01

Edilson Eustaquio Vilaca - Escrevente

9º
OFÍCIO
9. HT - MG

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZV 13281



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM
Procuradoria



OFÍCIO.PROC.IGAM.SISEMA Nº 06/2017

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2017.

Prezado (a) Senhor (a),

Com nossos cumprimentos.

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM examinou o Auto de Infração nº 993/2009 BH, de 15/10/2009, lavrado no Município de Jaboticatubas e em 18/01/2017 **confirmou a penalidade de advertência**. Em anexo cópia da Certidão.

Fica V.Sa. notificado (a), nos termos do parágrafo único do art. 58 do Decreto 44.844/08, para efetuar a regularização da intervenção hídrica em até 90 (noventa) dias e enviar à Procuradoria do IGAM a comprovação da referida regularização, sob pena de conversão da penalidade de advertência em multa simples. A regularização deverá ser realizada na **Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM** (<http://www.meioambiente.mg.gov.br/suprams-regionais>).

Ademais, a regularização ambiental faz-se necessária por parte do autuado, sendo possível nova fiscalização e consequente lavratura de novo auto de infração, com aplicação de multa em valor superior decorrente dos efeitos da reincidência, conforme disposto no artigo 65 do Decreto nº 44.844/2008.

Cientificamos ainda V.Sa. sobre a prerrogativa de apresentar recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento deste Ofício, caso não se conforme com a confirmação da penalidade.

Atenciosamente,

**ORIGINAL
ASSINADO**

Rafael Ferreira Toledo

Procurador Chefe do IGAM

OAB/MG: 119.102/ MASP: 133.285.6-2

Ao Representante:

Besa Ltda

Rua Tupis, nº 457, Sala 801 - Centro

CEP: 30.190-921 – Belo Horizonte/MG

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves

Rodovia Papa João Paulo II, 4143, Serra Verde – 2º andar/ Prédio Minas.

CEP: 31.630-900 – Belo Horizonte/ MG

Telefone: (31) 3915-1306



CARTA COMERCIAL -

REGISTRADO

- DATA:

DR DE ORIGEM DO CONTRATO: DR/MG - CONTRATO Nº 9912250659 -

SETOR: PROCURADORIA

ÓRGÃO:

IGAM

RESPONSÁVEL: RAFAEL TOLEDO

RAMAL: 51306

Nº ORDEM	ETIQUETA DE REGISTRO	DESTINATÁRIO	CEP
01	OF.PROC.IGAM.SISEMA Nº 06/2017 <i>JR 85018253 0 BR</i>	Ao Representante: Besa Ltda Rua Tupis, nº 457, Sala 801 - Centro Belo Horizonte/MG	30.190-921

Paulo
24-01-17





Outros sites

Correios de A a Z

Fale com os Correios

Você

Sua Empresa

Governo

Sobre Correios

Correios On-line

Sistemas

Rastreamento

Rastreamento de objetos

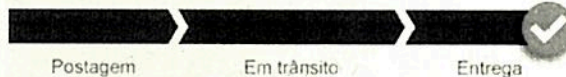
Rastreamento de objetos em outros países

Como rastrear um objeto

Siglas utilizadas no rastreamento de objetos

Rastreamento via SMS

JR 859 182 530 BR



Objeto entregue ao destinatário
26/01/2017 17:58 Belo Horizonte / MG

Imprimir

26/01/2017
17:58
Belo Horizonte / MG

Objeto entregue ao destinatário

26/01/2017
12:33
Belo Horizonte / MG

Objeto saiu para entrega ao destinatário

26/01/2017
12:20
Belo Horizonte / MG

Saída para entrega cancelada
Será efetuada nova saída para entrega

26/01/2017
12:06
Belo Horizonte / MG

Objeto saiu para entrega ao destinatário

24/01/2017
10:59
BELO HORIZONTE / MG

Objeto postado

Acesse o aplicativo dos Correios e leia o código 2D ao lado. Você não precisará digitar o código do objeto e poderá salvar na sua lista de favoritos.



Nova Consulta

O horário apresentado no histórico do objeto indica quando os dados foram recebidos pelo sistema. Para os serviços SEDEX 10, SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, representa o horário real da entrega.

As informações de rastreo de objetos registrados ficarão disponíveis até 180 dias após a data de postagem.

Objetos com origem ou destino fora do Brasil
O rastreamento para objetos postados no Brasil com código iniciado por "R" e "C" e terminado com "BR" não é garantido fora do território brasileiro.

Para esses objetos, os operadores postais de outros países podem não disponibilizar e/ou transmitir informação de rastreamento para o Brasil.

Sendo assim, consultas de rastreamento de objetos podem também ser realizadas nos sites dos operadores de destino disponíveis no site da UPU - União Postal Universal.

Para os objetos postados no Exterior para o Brasil, o serviço contratado pelo remetente na origem determina o nível de informação de rastreamento de objetos em nosso site.

Objetos registrados recebidos do exterior que apresentam código iniciado por "R" não pertencem à modalidade expressa, sem rastreamento ponto a ponto, ou seja, as informações no sistema de rastreamento incluem apenas os eventos de: recebimento no Brasil e entrega, tentativa de entrega ou aguardando retirada na unidade responsável.

Em alguns casos, pode haver os eventos de "encaminhamento para fiscalização" e "tributação e saída da fiscalização", cujo prazo estimado de entrega é de 40 DIAS ÚTEIS a partir da liberação na alfândega.

Fale com os Correios

Manifestação via Internet
Fale Conosco pelo site

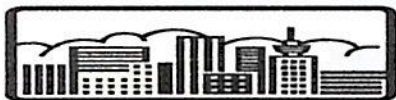
Atendimento telefônico
3003 0100 (Capitais e Região Metropolitanas)
0800 725 7282 (Demais localidades)
0800 725 0100 (Sugestões ou reclamações)
0800 725 0898 (exclusivo para portadores de deficiência auditiva)
3003 1383 (Informações Banco Postal)

Portal Correios

Mapa do site
Rastreamento de objetos
Sala de Imprensa
Concursos
Patrocínios
Contatos comerciais
Carta de serviços ao cidadão
Denúncia
Ministério das Comunicações

Outros sites dos Correios

Correios para você
Correios para sua empresa
Sobre Correios
Loja virtual dos Correios
Blog dos Correios
Espaço da Filatelia
Correios Mobile
Sistemas dos Correios



BESA LTDA

RUA TUPIS, 457 SALA 801 CENTRO - CEP: 30.190-060 - FONES: (031) 3273.20.36
- 3273-45.67 - BH - MG - E-mail: besaltda@hotmail.com



Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2017

RECURSO ADMINISTRATIVO

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rodovia Para João Paulo II, 4143, Serra Verde, 2º. Andar, Prédio Minas
Belo Horizonte/MG:

Recorrente: BESA LTDA, CNPJ de no. 18.952.358/0001-80, com sede à Rua Tupis, 457, sala 801, Centro, Belo Horizonte/MG.

Recorrido: Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Processo: 0478.09.0004

Auto de Infração: 993/2009 de 15/10/2009

Auto de Fiscalização: 015664 de 06/10/2009

Data da Notificação: 23/10/2009

Dignos Conselheiros:

1º. Dos Fatos:

A nossa empresa foi autuada, multada e advertida, conforme cópia do OFÍCIO.PROC.IGAM.SISEMA no. 06/2017, de 18/01/17, documento anexo, com recebimento do citado ofício em 26/01/17, com prazo de recurso de 30 dias, por ter instalado "sete manilhas com diâmetro de 0,90 x 1,00, no rego d'água que corta a "Rua Buritis" para compactação e calçamento, em observância ao projeto de infraestrutura", sem autorização do recorrido.

RECEBIDO PROC. IGAM
Data 23 / 2 / 17
Nome plima 15:55

A Rua Buritis citada no auto de infração faz parte do loteamento denominado de "Residencial Candeias", Jaboticatubas/MG, aprovado pelo decreto municipal de no. 816, de 17/11/08 e planta do loteamento aprovada pelo Poder Municipal, documentos anexos.



Foi protocolado requerimento para perfuração de poço tubular por ponto de perfuração junto ao recorrido na data de 04/03/08, com deferimento do pedido em 21/08/08, documentos anexos.

Apresentada defesa junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, a mesma foi indeferida, sendo mantida a multa por instalação das citadas manilhas e a advertência sobre falta de outorga do direito de uso de recursos hídricos para captação de água subterrânea.

2º. Do Direito:

O auto de infração em questão foi objeto de inquérito civil pela Promotoria de Justiça da Comarca de Jaboticatubas/MG, de número 0346.09.000044-6.

No referido inquérito civil foi determinada vistoria pelo ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, APA Lagoa Santa, no sentido de determinar ou não crime e infração ambiental pela instalação de manilhas em curso d'água sem autorização do órgão ambiental competente.

O ICMBio em seu laudo encaminhado ao Ministério Público, certificou e constatou que não ocorreu qualquer infração ambiental ou crime, pois a intervenção (instalação de manilhas) deu-se em curso d'água e sim em **canal artificial de derivação, acrescentando que "(muitas vezes confundido como córrego)"**, destacamos, documento anexo.

Do exposto, e com base no laudo emitido a requerimento do Ministério Público, vem a recorrente, requerer a reforma parcial da decisão administrativa recorrida, para determinar o cancelamento da multa aplicada, informando a recorrente que já está providenciando a outorga do poço tubular perfurado com autorização do recorrido.

P. Deferimento.


BESA LTDA.

18 952 358 / 0001-80

BESA LTDA.

Rua Tupis, 457 - Sala 801
Centro - CEP 30190-060

BELO HORIZONTE - MG

Anexos:

1. Cópia do ofício de no. 06/2017 do IGAM.
2. Decreto de aprovação do loteamento.
3. Requerimento para perfuração de poço artesiano.
4. Autorização para perfuração de poço artesiano.
5. Laudo de vistoria do ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
6. Planta do loteamento "Residencial Candeais".





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM
Procuradoria



OFÍCIO.PROC.IGAM.SISEMA Nº 06/2017

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2017.

Prezado (a) Senhor (a),

Com nossos cumprimentos.

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM examinou o Auto de Infração nº 993/2009 BH, de 15/10/2009, lavrado no Município de Jaboticatubas e em 18/01/2017 confirmou a penalidade de advertência. Em anexo cópia da Certidão.

Fica V.Sa. notificado (a), nos termos do parágrafo único do art. 58 do Decreto 44.844/08, para efetuar a regularização da intervenção hídrica em até 90 (noventa) dias e enviar à Procuradoria do IGAM a comprovação da referida regularização, sob pena de conversão da penalidade de advertência em multa simples. A regularização deverá ser realizada na **Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM** (<http://www.meioambiente.mg.gov.br/suprams-regionais>).

Ademais, a regularização ambiental faz-se necessária por parte do autuado, sendo possível nova fiscalização e consequente lavratura de novo auto de infração, com aplicação de multa em valor superior decorrente dos efeitos da reincidência, conforme disposto no artigo 65 do Decreto nº 44.844/2008.

Cientificamos ainda V.Sa. sobre a prerrogativa de apresentar recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento deste Ofício, caso não se conforme com a confirmação da penalidade.

Atenciosamente,

Rafael Ferreira Toledo

Procurador Chefe do IGAM

OAB/MG: 119.102/ MASP: 133.285.6-2

Ao Representante:

Besa Ltda

Rua Tupis, nº 457, Sala 801 - Centro

CEP: 30.190-921 – Belo Horizonte/MG

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves

Rodovia Papa João Paulo II, 4143, Serra Verde – 2º andar/ Prédio Minas.

CEP: 31.630-900 – Belo Horizonte/ MG

Telefone: (31) 3915-1306



CONTROLE DE AUTO DE INFRAÇÃO

Processo nº 0478.09.0004
Auto de Infração nº 993/2009
Auto de Fiscalização nº 015664
Boletim de Ocorrência: não há
Data da Notificação: 23/10/2009

Data: 15/10/2009
Data: 06/10/2009
Data: -

Autuado: Besa Ltda
CPF/CNPJ: 18.952.358/0001-80

Infração: Art. 84, anexo II, código 204 e código 209 (2X) do Decreto nº 44.844/08.

Descrição da Infração:

- 1 - Promover ou manter intervenções que altere o regime, quantidade e/ou qualidade dos recursos hídricos sem a devida outorga ou em desconformidade com a mesma, nas coordenadas S 19º 32' 12,6'' / W 43º 54' 18,6' e finais S 19º 32' 12,5'' / W 43º 54' 18,8'; e S 19º 32' 12,1'' / W 43º 54' 21,3' e finais S 19º 32' 12,3'' / W 43º 54' 21,1'.
 - 2- Extrair água subterrânea, captar ou derivar águas superficiais para fins de consumo humano, sem a respectiva outorga, nas coordenadas S 19º 32' 12,2'' / W 43º 54' 20,5'.
- A intervenção foi constatada no Município de Jaboticatubas/MG.

Porte: não informado

Penalidade: multa

Reincidência: () SIM (x) Não

Agravante: não

Atenuante: não

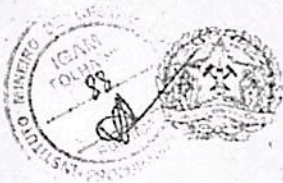
Regularização da intervenção (SIAM): () sim () não

PARECER JURÍDICO

(X) Confirmação () Conversão de penalidade () Saneamento () Anulação (X)
Remissão

Trata-se de Auto de Infração lavrado em face de Besa Ltda, em virtude de vistoria ambiental realizada em 15/10/2009, conforme descrito no Auto de Infração nº 993/2009, oportunidade em que foram constatadas as seguintes infrações: 1- Promover ou manter intervenções que altere o regime, quantidade e/ou qualidade dos recursos hídricos sem a devida outorga ou em desconformidade com a mesma, nas coordenadas S 19º 32' 12,6'' / W 43º 54' 18,6' e finais S 19º 32' 12,5'' / W 43º 54' 18,8'; e S 19º 32' 12,1'' / W 43º 54' 21,3' e finais S 19º 32' 12,3'' / W 43º 54' 21,1'; 2- Extrair água subterrânea, captar ou derivar águas superficiais para fins de consumo humano, sem a respectiva outorga, nas coordenadas S 19º 32' 12,2'' / W 43º 54' 20,5'.

Em decorrência da infração foram aplicadas as penalidades de advertência e de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Instituto Mineiro de Gestão das Águas



multa, com fundamento no art. 84, anexo II, código 204, e código 209 (2X) da Lei Estadual nº 44.844/2008.

Notificado em 23/10/2009 (fls.07), o autuado apresentou defesa em 06 de novembro de 2009 (fls. 08-83), ou seja, tempestivamente, dentro do prazo de 20 dias a contar do recebimento da notificação, conforme disposto no artigo 33 do Decreto nº 44.844/2008.

Pleiteia o recorrente a substituição das penas de multa por advertência, alegando que não agiu de má-fé uma vez que tinha o entendimento de que a autorização do CODEMA do Município de Jaboticatubas era bastante para regularizar a intervenção realizada por meio da instalação de sete manilhas com diâmetro de 0,90 X 1,00, no rego d'água que corta a "Rua Buritis" para compactação e calçamento, em observância ao projeto de infraestrutura.

Quanto às razões expostas pelo recorrente, não são suficientes para desconstituir as infrações, uma vez que não há fundamento normativo-legal que autorize a Administração Pública a substituir a pena de multa por advertência, nos termos do Decreto Estadual nº 44.844/2008. Ademais, a intervenção em corpos d'água e a extração em aquíferos estão condicionadas à previa autorização de uso de recursos hídricos pelo IGAM, ou seja, a outorga de direito de uso de recursos hídricos deve anteceder a intervenção no regime, qualidade ou quantidade hídricos, nos termos do artigo 18, incisos II e V da Lei Estadual nº 13.199/1999.

Ademais, compulsando os autos, podemos verificar que não há qualquer mácula insanável no AI com o condão de descaracterizá-lo e cancelar as penalidades aplicadas, devendo ser ratificado, subsistindo a aplicação das penalidades de multa.

Em consulta ao SIAM, constam 06 (seis) regularizações em nome do autuado, contudo, nenhuma delas refere-se à regularização das intervenções em coordenadas geográficas coincidentes com as descritas no AI nº 993/2009.

No que diz respeito à penalidade de advertência, conforme já dito no AI nº 993/2009, o Processo nº 01596/2008 constante no SIAM refere-se à autorização de perfuração de poço tubular, e não à outorga de direito de uso de recursos hídricos para captação de água subterrânea. Nesse caso, recomendamos a confirmação da penalidade de advertência e a notificação do autuado para providenciar a regularização da intervenção hídrica constante do auto de infração, no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de conversão em multas simples, por determinação do artigo 58, parágrafo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Instituto Mineiro de Gestão das Águas



único, do Decreto Estadual nº 44.844/08.

Portanto, recomendamos o não provimento do recurso e que sejam mantidas as penalidades de advertência e de multa.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2016.

Renata Maria de Araujo
MASP 115.0796-3
OAB/MG 92.819

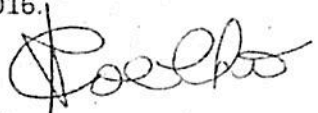


DECISÃO ADMINISTRATIVA

Tendo em vista as disposições contidas na Lei Estadual nº 12.584, de 17 de julho de 1997 e as competências a mim atribuídas pelo artigo 9º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 46.636, de 28 de outubro de 2014, acolho o parecer jurídico e DETERMINO a notificação do autuado para:

- Tomar ciência do não provimento do recurso, bem como da manutenção das penalidades de advertência e de multa;
- Providenciar a regularização da intervenção hídrica constante do auto de infração, no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de conversão da penalidade de advertência em multa simples, por determinação do artigo 58, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 44.844/08
- Tomar ciência do direito de interpor recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos no prazo de 30 (trinta) dias.

Belo Horizonte, de de 2016.


Maria de Fátima Chagas Dias Coelho
Diretora Geral do IGAM

AI : 993/2009
PROC: 0478.03.0004



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

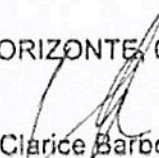


Recibo de Entrega de Documentos Nº 129947/2008

Recebemos do empreendedor BESA LTDA, estabelecida na RUA TUPIS 0 S/N, no município de JABOTICATUBAS, os documentos listados abaixo referente ao processo de OUTORGA Nº 001596/2008, unidade de análise SUPRAMCM - Superintendente da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente

Protocolo	Descrição
129942/2008	Formulário técnico para perfuração de poço tubular por ponto de perfuração - conforme modelo IGAM
129943/2008	Requerimento para perfuração de poço tubular, conforme modelo disponível no site do IGAM.
129944/2008	Planta ou croqui de localização do ponto de locação do poço
129945/2008	Recibo do pagamento - DAE
129946/2008	Cópia e original do comprovante referente ao recibo de emolumento.

BELO HORIZONTE, 04/03/2008.


Clarice Barbosa

REGINALDO LÁZARO DE SOUZA FERREIRA

BESA LTDA - RESIDENCIAL CANDEIAS
AVE SETE 270 - ÁGUA BRANCA
32370-150 CONTAGEM

SR. EMPREENDEDOR,
SEU PROCESSO DE OUTORGA RECEBEU O Nº 001596/2008. SOLICITAMOS MENCIONAR ESTE Nº EM TODOS OS DOCUMENTOS, REFERENTE A ESTE PROCESSO, A SEREM ENVIADOS A ESTE ORGÃO.

Rua Espírito Santo, 495 - Centro - 30160030 - BELO HORIZONTE/MG
Fone: 31-3224600- Fax E-mail: -Home page: www.siam.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS

CEP 35.830-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 816/2008

**DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO
LOTEAMENTO RESIDENCIAL CANDEIAS
LOCALIZADO NA FAZENDA SANTO
ANTÔNIO SITUADA NO DISTRITO DE SÃO
JOSÉ DE ALMEIDA.**

O Prefeito Municipal de Jaboticatubas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Federal 6.766/79, Lei Municipal 1.835/2004 e Lei 1.860/2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado, mediante o presente Decreto, as plantas e projetos do loteamento Residencial Candéias, localizado na Fazenda Santo Antônio, Distrito de São José de Almeida, neste município.

Art. 2º - O referido projeto compreende uma área de 144.532 m² (cento e quarenta e quatro mil quinhentos e trinta e dois metros quadrados) dividida de acordo com as plantas e memorial descritivo anexos, os quais são partes integrantes do presente Decreto.

Art. 3º - Fica o proprietário Loteador, bem como o Município de Jaboticatubas, obrigados a cumprir as cláusulas do Termo de Compromisso e o cronograma físico de obras, os quais se encontram anexados ao processo administrativo, parte integrante do presente Decreto.

Art. 4º - Outras modificações que os proprietários pretenderem efetuar no citado parcelamento do solo deverão ser previamente e expressamente comunicadas à Prefeitura sob pena de se sujeitarem às sanções administrativas e legais cabíveis.

Art. 5º - O responsável pela execução do loteamento é o Senhor Bernardo Eliezer Praçovnik, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF: 001.906.166.87 e carteira de identidade M-441.700, residente à Rua Tupis, 457, sala 801, centro, Belo Horizonte, representante da Besa Empreendimentos Imobiliários LTDA, inscrita no CNPJ: 18.952.358/0001-80.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaboticatubas, 17 de novembro de 2008.

WALQUIRIA MORA GRACIANO MACHADO RABELO
Rua São Paulo, nº 1115 - Fone: 3247-3535

B.HTE.
MG

29 JAN. 2009

Fábio Moreira Santos
PREFEITO MUNICIPAL

AUTENTICAÇÃO ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
DOU.FÉ. EM TESTEMUNHO DA
RECORRE: R\$ 0,17 + ISS
TOTAL: R\$ 3,94
BAF 98299





INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Autorização para Perfuração de Poço Tubular



Autorizamos **Besa Ltda**, CNPJ nº 18.952.358/0001-80, a perfuração de um poço tubular, por meio do processo de OUTORGA nº 01596/2008, nas coordenadas geográficas 19°32'16"S (Latitude) e 43°54'20"W (Longitude), com a finalidade de consumo humano, no Município de Jaboticatubas - MG. Esta autorização refere-se, estritamente, ao ponto de coordenadas supracitado, ou seja, se houver alteração a empresa deverá enviar ao IGAM novo requerimento de perfuração.

Salientamos que deverá ser realizada a cimentação do espaço anelar (cimentação sanitária) até a profundidade mínima de 10 (dez) metros ou em toda extensão de revestimento. Além disso, após a perfuração do poço deverá ser realizado teste de interferência com os poços tubulares existentes num raio de 200 metros.

É pertinente lembrar que a empresa de perfuração deverá estar em dia com suas obrigações no CREA, recolhendo a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do profissional de engenharia responsável pela perfuração, nos termos da Lei nº 6.496, de 7 de Dezembro de 1997.

Ressaltamos ainda que deverá ser providenciada a outorga de direito de uso de recursos hídricos neste Instituto, instruído por profissional habilitado no CREA, para a qual é necessário a apresentação do teste de bombeamento de 24 horas, com recuperação, e os dados técnico-construtivos do poço, bem como um estudo hidrogeológico que caracterize o sistema aquífero captado e as possibilidades de interferência na disponibilidade hídrica local.

Caso o poço não seja aproveitado o mesmo deverá ser tamponado conforme **Nota Técnica DIC/DvRC nº 01/2006** que estabelece os critérios e procedimentos a serem adotados para tamponamento de poços tubulares profundos e poços manuais.

Esta autorização e a outorga porventura concedidas não dispensam nem substituem a obtenção pelo autorizado de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

Cópia desta autorização deverá ser anexada à documentação do processo de pedido de outorga de direito de uso de águas subterrâneas.

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2008.

Marília Carvalho de Melo
Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental

Besa Ltda
Rua Tupis, 457/sala 801
Belo Horizonte - MG
CEP: 30190-060
C/C Geralpoços Ltda
Fav. 1313394-8440



ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa
Al. Dra Vilma Edelweiss dos Santos, 115 – Lundcéia
Cep 33.400.000 – Lagoa Santa – MG (31) 3681 3172
E-mail: apaclagoasanta@yahoo.com.br

mes-1109/10
18.08

LAUDO DE VISTORIA

Processo: 02070.001109/2010-46

Ref. Ofício N.º 177/2009/PJJ

Interessado: Promotoria de Justiça de Jaboticatubas



Trata de perícia em atendimento à solicitação da Promotoria de Justiça de Jaboticatubas para apurar possíveis danos ambientais no parcelamento de solo realizado pela BESA Ltda, na rodovia MG-10 – km 53 no local denominado Residencial Candeias, com relação ao Boletim de Ocorrência nº CIAD/P-2009-1255986 de 06/10/2009.

Por ocasião da vistoria, constatamos o seguinte em resposta aos quesitos apresentados:

1) A atividade efetivada e relatada no Boletim de Ocorrência, na propriedade descrita acima, ocasionou ou ocasionará algum dano ambiental no local ou na região?

R.: Segundo o relato do Boletim de Ocorrência acima descrito, ocorreram os seguintes prováveis danos ambientais no local os quais passamos a fazer a análise de cada caso:

a. "Intervenção em curso d'água caracterizada pela canalização de um córrego de água utilizando manilhas com 90 cm de espessura em uma medida de 11 metros de comprimento não sendo apresentada outorga do órgão ambiental competente, fato ocorrido nas coordenadas S: 19°32'12,6", e W: 43°54'18,6". Constatada intervenção em APP em área de 660 m².

No local vistoriado, constatamos que o serviço não foi realizado em um córrego, mas sim num canal **artificial** de derivação (muitas vezes confundido como córrego) onde não é aplicável o regime jurídico de área de preservação permanente por não ser considerado "curso d'água" do Artigo 2º da Lei 4.771/65. Este esclarecimento advém da definição do Decreto DODF nº 30315 de 30/04/2009, o qual considera como curso d'água apenas os canais **naturais** de drenagem de bacia hidrográfica:

Art. 2º. Para os fins deste Decreto são adotadas as seguintes definições:

I - curso d'água (sin. Rio): denominação para fluxos de água em canal natural para drenagem de uma bacia hidrográfica, tais como: boqueirão, rio, ribeirão ou córrego, onde é aplicável o regime jurídico de Áreas de Preservação Permanente -APP em faixa marginal, medida a partir no nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima estabelecida na Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002;

Por conseguinte, conclui-se que não houve dano ambiental pela canalização de córrego. Outrossim, nota-se a canalização foi necessária para a finalidade de abertura de via pública de projeto de parcelamento de solo, contribuindo para prevenção de carreamento de solo o qual se ocorresse causaria dano ao referido canal artificial.

b. Intervenção em uma área para abertura de rua com corte, mas sem destoca, em 974 m² de área com vegetação de cerrado em transição para mata atlântica em estágio médio de regeneração, com rendimento lenhoso de 30 m³ de lenha.

A referida intervenção foi constatada na via com o nome de "Rua dos Buritis" de acordo com Projeto aprovado em 17/11/2008 pelo Decreto Nº 816/2008 da prefeitura Municipal de Jaboticatubas, necessária para a abertura da mesma. Para a execução do desmate, o empreendedor apresentou a Autorização nº 060/2009 do Conselho Municipal Popular de Defesa e Conservação do meio Ambiente de Jaboticatubas de 21 de maio de 2009.



ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa
Al. Dra Vilma Edelweiss dos Santos, 115 - Lundceia
Cep 33.400.000 - Lagoa Santa - MG (31) 3681 3172
E-mail: apaclagoasanta@yahoo.com.br



Proc. 1109/10
18.09

A intervenção, quando devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente não pode ser considerada dano ambiental, uma vez que é essencial para a implantação de parcelamento de solo urbano (abertura de vias).

c. Em todas as intervenções mencionadas acima não foi apresentada autorização dos órgãos ambientais competentes.

Pelo exposto acima, entendemos não necessária autorização para intervenção em APP, uma vez que não ocorreu o fato. Com relação ao desmate, segue anexo cópia da Autorização do CODEMA de Jaboticatubas.

2) Quais as consequências para as vidas humana, animal e vegetal?

R.: Não se aplica.

3) No caso de resposta positiva ao 1º quesito, os danos causados são passíveis de recomposição? Apresentar as medidas, procedimentos e cronograma técnicos para tanto.

R.: Não se aplica.

4) Positivo o 1º quesito, qual o valor pecuniário dos danos causados?

R.: Não se aplica.

5) Favor especificar detalhadamente qualquer comentário que entenda pertinente à área periciada, se possível apontando soluções e indicando providências a serem tomadas.

R.: O empreendedor apresenta comunicação de Apreciação de Defesa contra o Auto de Infração nº 005/2009 de 06/10/2009 da Agência Metropolitana - RMBH, com parecer favorável ao cancelamento da multa e ainda recomendando a apresentação de protocolo de solicitação à Prefeitura Municipal de Jaboticatubas das diretrizes para elaboração do projeto urbanístico. Segue cópia anexa.

6) Definir na pericia se o local trata-se de área urbana, expansão urbana ou rural.

R.: O empreendedor apresentou cópia do Decreto nº 816/2008 da Prefeitura Municipal de Jaboticatubas dispondo sobre a aprovação do Loteamento Residencial Candeias. Isto sugere que o imóvel situa-se em zona de expansão urbana, apesar de não ter sido apresentada declaração específica do poder público municipal.

Lagoa Santa, 12 de março de 2009.

Messias Pedro de Melo Júnior
Técnico Ambiental/ICMBio
APA CARSTE LAGOA SANTA

Ivson Rodrigues
Analista Ambiental/ICMBio
APA CARSTE LAGOA SANTA

SEMAD

Secretaria de
Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

Ajuda: (31) 3219-5348

SIAM



Cadastro

☐ Pessoa Física ☒ Pessoa Jurídica

Razão Social

CNPJ

[Pesquisar](#)

[Inserir novo cadastro](#)

[Menu inicial](#)

Nome / Razão Social (conforme contrato social)

CNPJ / CPF

Telefone

E-mail

« « » »

SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL - SIAM

Pesquisar por Empreendedor
Empreendedor

CPF/CNPJ 18952358000180

Nome/Razão Social



Empreendedores com CPF/CNPJ = 18952358000180

Total de Registros: 1

Cod	Nome/Razão Social	Município/UF	CPF/CNPJ
10239	BESA LTDA	BELO HORIZONTE (MG)	18952358000180

Retornar

IGAM - Análise Outorga (Licenciamento FFAM) (Licenciamento IEF) (APEF) (Interdisciplinar) (Processos com incidência de Compensação Ambiental-SNUC)

Resultado ☐ Somente com portaria concedida ☐ Somente Outorga Coletiva

Processo de Outorga /

Portaria de Outorga /

Certidão /

Data de Formalização a

Data da Portaria a

Empreendedor/Requerente

Empreendimento

Municípios

Uso

Tipo

Bacia Estadual

Bacia Federal

Curso d'água

UPGRH

Finalidade

Status

Bacia Hidrográfica

Meso Região

Regional COPAM



Pesquisar **Limpar Campos**

Resultado da Pesquisa

Total de Registros: 7	Processo Outorga	Número IGAM	Empreendedor/Requerente	Empreendimento	Cod. Uso	Tipo	Município	Formalização
	010399/2008	/	BESA LTDA	RECANTO DO RIO I	8	Subterrâneo	JABOTICATUBAS	17/10/08
	010700/2008	/	BESA LTDA	RECANTO DO RIO I	8	Subterrâneo	JABOTICATUBAS	17/10/08
	014680/2017	/	BESA LTDA	BESA LTDA - RESIDENCIAL CANDEIAS	8	Subterrâneo	JABOTICATUBAS	10/05/17
	001596/2008	/	BESA LTDA	BESA LTDA - RESIDENCIAL CANDEIAS	7	Subterrâneo	JABOTICATUBAS	04/03/08
	010108/2002	LP-106/2002	BESA LTDA	BESA LTDA -	7	Subterrâneo	BELO HORIZONTE	10/06/02
	010134/2002	LP-134/2002	BESA LTDA	BESA LTDA -	7	Subterrâneo	BELO HORIZONTE	18/07/02
	010234/2003	LP-234/2003	BESA LTDA	BESA LTDA -	7	Subterrâneo	BELO HORIZONTE	29/08/03

Análise

- Documentos
- Processos
- Vincular técnico
- Tramitação Física
- Agendar Vistorias
- Parecer Técnico
- Parecer Jurídico
- Dados do Processo
- Alterações Realizadas
- Alterar Modo de Uso
- Transferir Processo

Tipo Outorga

Processo 01596/2008 Uso PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR

Empreendedor/Reqrte. 18.952.358/0001-80 - BESA LTDA

Empreendimento 18.952.358/0001-80 - BESA LTDA - RESIDENCIAL CANDEIAS
Município JABOTICATUBAS

Situação AUTORIZAÇÃO DE PERFURAÇÃO
CONCEDIDA

Data form. 04/03/2008

Prazo de 02/06/2008

Análise

Responsável Maria Eugênia de Freitas Carneiro



Parecer Técnico

Coordenadas Lat S 19 32 16 Long O 43 54 20 DATUM SAD 69
Coordenadas UTM(X,Y) X Y Fuso Selezione Meridiano Central Selezione
Carta Geográfica N 3 Sigla SE-23-Z-C-VI-1
Bacia Federal GEO BACIA NÃO DETERMINADA
Bacia Federal
UPGRH SF5: Bacia do rio das Velhas das nascentes até jusante da confluência com o rio Paraúna
Bacia Estadual Rios das velhas

Indicadores do Modo de Uso Informar/Alterar Excluir

Num raio de 500 m, existe Nascente? N
Num raio de 500 m, existe Curso d'água? N
Num raio de 500 m, existe Poço Tubular? S
Num raio de 500 m, existe Poço Manual? N
Num raio de 500 m, existe Área de Vereda? N
Num raio de 500 m, existe Posto de Gasolina? N
Num raio de 500 m, existe Lixão? N
Num raio de 500 m, existe Pocilga? N
Num raio de 500 m, existe ETE? N
Num raio de 500 m, existe Cemitério? N
O Ponto de locação está em área urbana? N
Saliência Prevista de Revestimento (m) 0,40
Profundidade Prevista de Cimentação (m) 40
Previsão de Utilização de Filtros? N
Método de Perfuração PERCUSSÃO
Profundidade Prevista (m) 100
Diâmetro Previsto de Revestimento (mm) 150
Vazão Prevista (m³/h) 5
Unidade Geológica 1 PRECAMBRIANO-GRUPO BAMBUÍ
Tipo de Aquífero 1 CÁRSTICO-FISSURADO
Litologia 1 CALCÁRIO ARDOSIANO
Empresa Perfuradora GERALPOÇOS LTDA
Escolha Finalidade Selecionar
Consumo humano População 0
Alterar Dados Excluir Tratamento de Água NÃO INFORMADO
Porte Selecionar
Observação
Modalidade da Outorga Autorização Validade 0 anos 0 meses
Resultado da análise Selecionar

Análise

- [Documentos](#)
- [Processos](#)
- [Vincular técnico](#)
- [Tramitação Física](#)
- [Agendar Vistorias](#)
- [Parecer Técnico](#)
- [Parecer Jurídico](#)
- [Dados do Processo](#)
- [Alterações Realizadas](#)
- [Alterar Modo de Uso](#)
- [Transferir Processo](#)

Tipo Outorga
Processo 14680/2017 Uso CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA POR MEIO DE POÇO ...
Emprador./Regrte. 18.952.358/0001-80 - BESA LTDA
Empreendimento 18.952.358/0001-80 - BESA LTDA - RESIDENCIAL CANDEIAS
Município JABOTICATUBAS

Situação **PROCESSO**
IGAM
FOLHA Nº 112
FORMALIZADO
RUBRICA
PROCURADORIA
Data form. 10/05/2017
Prazo de 08/08/2017
Análise
Responsável Nenhum técnico foi associado

[Elaborar documento](#)

[Localizar](#)

[Retornar](#)

Documentos do Processo

Total de Registros: 14

Protocolo	Tipo	Data	E/R Emitente	Status	Comp. Ambiental	Ver
0491538/2017	ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (IGAM)	10/05/2017	R	DIGITALIZADO		
0491539/2017	CNPJ E CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REQUERENTE	10/05/2017	R	DIGITALIZADO		
0491540/2017	CPF, CARTEIRA DE IDENTIDADE E PROCURAÇÃO	10/05/2017	R	DIGITALIZADO		
0491546/2017	DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA - TESTE DE INTERFERÊNCIA DE POÇOS (<200M)	10/05/2017	R	NÃO DIGITALIZADO		
0491544/2017	DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DE PREFURAÇÃO DO POÇO	10/05/2017	R	NÃO DIGITALIZADO		
0491545/2017	DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO TESTE DE BOMBEAMENTO	10/05/2017	R	NÃO DIGITALIZADO		
0491541/2017	FORMULÁRIO TÉCNICO PARA USO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA	10/05/2017	R	DIGITALIZADO		
0491543/2017	FOTOGRAFIAS DO LOCAL DO POÇO - PONTO DE LOCAÇÃO	10/05/2017	R	NÃO DIGITALIZADO		
0491549/2017	RECIBO DAE EMOLUMENTO	10/05/2017	R	DIGITALIZADO		
0491550/2017	RECIBO DE DOCUMENTOS	10/05/2017	E	DIGITALIZADO		
0491548/2017	RECIBO DO PAGAMENTO - DAE	10/05/2017	R	DIGITALIZADO		
0491547/2017	REGISTRO DO IMÓVEL ONDE LOCALIZA CADA PONTO DE CAPTAÇÃO	10/05/2017	R	DIGITALIZADO		
0491542/2017	RELATÓRIO TÉCNICO CONFORME MODELO DE INSTRUÇÕES DISPONÍVEL NO SITE DO IGAM.	10/05/2017	R	DIGITALIZADO		
0491537/2017	REQUERIMENTO DE OUTORGA	10/05/2017	R	DIGITALIZADO		

Documentos do FOBI

Total de Registros: 4

Protocolo	Tipo	Data	E/R Emitente	Status	Ver
0325851/2017	CERTIDÃO NEGATIVA (RESOLUCAO 001/92)	28/03/2017	E	DIGITALIZADO	
0325859/2017	DAE	28/03/2017	E	DIGITALIZADO	
0325861/2017	DAE	28/03/2017	E	DIGITALIZADO	
0325833/2017	FOBI - FORMULARIO ORIENTAÇÃO BÁSICA - INTEGRADO	28/03/2017	E SUPRAMCM	DIGITALIZADO	

[Retornar](#)



1. OBJETIVO: Atualizar o Plano de Trabalho do Projeto.

2. JUSTIFICATIVA:

ANEXO

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4. METODOLOGIA

5. RESULTADOS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. REFERÊNCIAS

8. ANEXOS

9. OBSERVAÇÕES

10. DATA DE ELABORAÇÃO

11. DATA DE ATUALIZAÇÃO

12. ASSINATURA

13. RUBRICA

14. DATA DE VALIDAÇÃO

15. DATA DE ENCERRAMENTO

16. DATA DE REVISÃO

17. DATA DE APROVAÇÃO

18. DATA DE REVISÃO

19. DATA DE APROVAÇÃO

20. DATA DE REVISÃO

21. DATA DE APROVAÇÃO

22. DATA DE REVISÃO

23. DATA DE APROVAÇÃO

24. DATA DE REVISÃO

25. DATA DE APROVAÇÃO

26. DATA DE REVISÃO

27. DATA DE APROVAÇÃO

28. DATA DE REVISÃO

29. DATA DE APROVAÇÃO

30. DATA DE REVISÃO

31. DATA DE APROVAÇÃO

32. DATA DE REVISÃO

33. DATA DE APROVAÇÃO

34. DATA DE REVISÃO

35. DATA DE APROVAÇÃO

36. DATA DE REVISÃO

37. DATA DE APROVAÇÃO

38. DATA DE REVISÃO

39. DATA DE APROVAÇÃO

40. DATA DE REVISÃO

41. DATA DE APROVAÇÃO

42. DATA DE REVISÃO

43. DATA DE APROVAÇÃO

44. DATA DE REVISÃO

45. DATA DE APROVAÇÃO

46. DATA DE REVISÃO

47. DATA DE APROVAÇÃO

48. DATA DE REVISÃO

49. DATA DE APROVAÇÃO

50. DATA DE REVISÃO

51. DATA DE APROVAÇÃO

52. DATA DE REVISÃO

53. DATA DE APROVAÇÃO

54. DATA DE REVISÃO

55. DATA DE APROVAÇÃO

56. DATA DE REVISÃO

57. DATA DE APROVAÇÃO

58. DATA DE REVISÃO

59. DATA DE APROVAÇÃO

60. DATA DE REVISÃO

61. DATA DE APROVAÇÃO

62. DATA DE REVISÃO

63. DATA DE APROVAÇÃO

64. DATA DE REVISÃO

65. DATA DE APROVAÇÃO

66. DATA DE REVISÃO

67. DATA DE APROVAÇÃO

68. DATA DE REVISÃO

69. DATA DE APROVAÇÃO

70. DATA DE REVISÃO

71. DATA DE APROVAÇÃO

72. DATA DE REVISÃO

73. DATA DE APROVAÇÃO

74. DATA DE REVISÃO

75. DATA DE APROVAÇÃO

76. DATA DE REVISÃO

77. DATA DE APROVAÇÃO

78. DATA DE REVISÃO

79. DATA DE APROVAÇÃO

80. DATA DE REVISÃO

81. DATA DE APROVAÇÃO

82. DATA DE REVISÃO

83. DATA DE APROVAÇÃO

84. DATA DE REVISÃO

85. DATA DE APROVAÇÃO

86. DATA DE REVISÃO

87. DATA DE APROVAÇÃO

88. DATA DE REVISÃO

89. DATA DE APROVAÇÃO

90. DATA DE REVISÃO

91. DATA DE APROVAÇÃO

92. DATA DE REVISÃO

93. DATA DE APROVAÇÃO

94. DATA DE REVISÃO

95. DATA DE APROVAÇÃO

96. DATA DE REVISÃO

97. DATA DE APROVAÇÃO

98. DATA DE REVISÃO

99. DATA DE APROVAÇÃO

100. DATA DE REVISÃO

101. DATA DE APROVAÇÃO

102. DATA DE REVISÃO

103. DATA DE APROVAÇÃO

104. DATA DE REVISÃO

105. DATA DE APROVAÇÃO

106. DATA DE REVISÃO

107. DATA DE APROVAÇÃO

108. DATA DE REVISÃO

109. DATA DE APROVAÇÃO

110. DATA DE REVISÃO

111. DATA DE APROVAÇÃO

112. DATA DE REVISÃO

113. DATA DE APROVAÇÃO

114. DATA DE REVISÃO

115. DATA DE APROVAÇÃO

116. DATA DE REVISÃO

117. DATA DE APROVAÇÃO

118. DATA DE REVISÃO

119. DATA DE APROVAÇÃO

120. DATA DE REVISÃO

121. DATA DE APROVAÇÃO

122. DATA DE REVISÃO

123. DATA DE APROVAÇÃO

124. DATA DE REVISÃO

125. DATA DE APROVAÇÃO

126. DATA DE REVISÃO

127. DATA DE APROVAÇÃO

128. DATA DE REVISÃO

129. DATA DE APROVAÇÃO

130. DATA DE REVISÃO

131. DATA DE APROVAÇÃO

132. DATA DE REVISÃO

133. DATA DE APROVAÇÃO

134. DATA DE REVISÃO

135. DATA DE APROVAÇÃO

136. DATA DE REVISÃO

137. DATA DE APROVAÇÃO

138. DATA DE REVISÃO

139. DATA DE APROVAÇÃO

140. DATA DE REVISÃO

141. DATA DE APROVAÇÃO

142. DATA DE REVISÃO

143. DATA DE APROVAÇÃO

144. DATA DE REVISÃO

145. DATA DE APROVAÇÃO

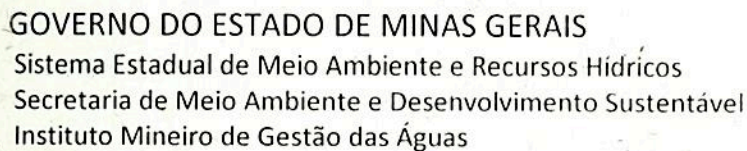
146. DATA DE REVISÃO

147. DATA DE APROVAÇÃO

148. DATA DE REVISÃO

149. DATA DE APROVAÇÃO

150. DATA DE REVISÃO



CONTROLE DE AUTO DE INFRAÇÃO

Processo nº 0478.09.0004

Auto de Infração nº 993/2009

Data: 15/10/2009

Auto de Fiscalização nº 015664

Data: 06/10/2009

Boletim de Ocorrência: não há

Data: não há

Data da Notificação: 23/10/2009

Autuado: BESA LTDA.

CPF/CNPJ:18.952.358/0001-80

Infração: Art. 84, anexo II, código 204 e 209 (2x) do Decreto nº 44.844/08.

Penalidade: advertência e multa

Reincidência: () SIM (x) Não

Agravante: não

Atenuante: não

Regularização da intervenção (SIAM): () sim (x) não

PARECER JURÍDICO

(X) Confirmação () Conversão de penalidade () Saneamento () Anulação

O autuado foi devidamente notificado da lavratura do AI (fls. 07) e apresentou defesa, que não foi provida, conforme parecer jurídico e decisão administrativa de fls. 87/89, o que gerou a manutenção e a confirmação da penalidade de multa e de advertência.

Assim, notificado o autuado para que providenciasse a regularização da intervenção hídrica, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de conversão da penalidade em multa simples, nos termos do parágrafo único do artigo 58 do Decreto nº 44.844/2008. Para tanto, o autuado apresentou recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH tempestivamente ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MG, no prazo estabelecido pelo artigo 43, do Decreto nº 44.844/08.

Alega o recorrente que o auto de infração em questão foi objeto de inquérito civil pela Promotoria de Justiça da Comarca de Jaboticatubas/MG, onde foi determinado vistoria no sentido de determinar ou não crime e infração ambiental pela instalação de manilhas em curso d'água sem autorização do órgão ambiental. Assim, afirma que o laudo encaminhado ao Ministério Público certificou que constatou que não ocorreu qualquer infração ambiental ou crime.

Dessa forma, com base no laudo emitido a requerimento do Ministério Público o recorrente requer a reforma parcial da decisão administrativa recorrida, para determinar o cancelamento da multa aplicada, informando a recorrente que já está providenciando a outorga da captação de água por meio de poço tubular.

Inicialmente, cumpre destacar que no laudo apresentado foi perguntado e periciado se a atividade de canalização, que gerou a aplicação da penalidade de multa simples, ocasionou ou



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

ocasionará algum dano ambiental no local e, não acerca de se houve ou não infração ambiental, o que de fato ocorreu, uma vez que houve a canalização sem a devida outorga e/ou autorização do órgão ambiental competente, ou seja, o IGAM.

Assim, quanto às razões expostas pelo recorrente, não são suficientes para desconstituir a infração, uma vez que quaisquer usos e ações que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água devem ser precedidos de autorização emitida pelo IGAM, nos termos do artigo 18, inciso V da Lei Estadual nº 13.199/1999.

Ressalta-se ainda que quaisquer usos e ações que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água devem ser precedidos de autorização emitida pelo IGAM, nos termos do artigo 18, inciso V da Lei Estadual nº 13.199/1999, inclusive em situações emergenciais.

Ademais, quanto a infração ambiental que gerou a aplicação da penalidade de advertência, em pesquisa realizada ao SIAM verificou-se que houve processo de formalização de captação de água por meio de poço tubular, que se iniciou após o prazo de 90 dias dado ao autuado, considerando que o prazo se iniciou em 26/01/2017 (fls. 94) que findou em 26/04/2017 e a data de formalização do processo é de 10/05/2017.

Nesse sentido, somos pelo não provimento do recurso e, assim, pela confirmação da penalidade de multa, bem como pela conversão da penalidade de advertência em multa simples, nos termos do parágrafo único do artigo 58 do Decreto nº 44.844/2008.

Entretanto, de acordo com a nota jurídica PROC.IGAM.SISEMA nº 156/2017, e considerando o disposto no art. 6º, I, da Lei Estadual no. 21.735/2015, estão remetidos os créditos não tributários decorrentes de penalidades aplicadas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas de valor original igual ou inferior a R\$15.000,00 (quinze mil reais), inscrito ou não em dívida ativa, ajuizada ou não a sua cobrança, cujo auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração tenha sido emitido até o dia 31 de dezembro de 2012.

Desse modo, os créditos não tributários referentes as multas simples acima confirmadas estão remetidos.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2017.

Thayná Silva Campos

MASP 139.5761-8

OAB/MG 160.404



Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas



MEMO.GAB. IGAM. SISEMA Nº 1087/2017

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2017.

Para: Danilo Cezar Torres chaves

Diretoria De Gestão E Apoio Ao Sistema Estadual De Gerenciamento De Recursos Hídricos - DGAS

Assunto: Encaminhamento de processo de Auto de Infração

Senhor Diretor,

Encaminhamos a esta Diretoria os processos abaixo elencados, para que seja feita a inserção do processo na pauta CTIL.

AUTUADO (A)	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO
BESA LTDA.	0478.09.0004	993/2009

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos complementares.

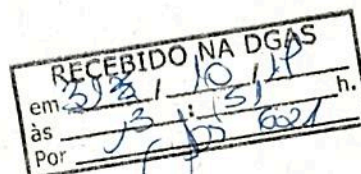
Atenciosamente,

Thayná Silva Campos

Masp. 1.395.761-8
OAB/MG 160.404

Heitor Soares Moreira

Diretor-Geral do IGAM Designado
Masp. 1.147.109-1





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Mineiro de Gestão das Águas
Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos



MEMO.DGAS.IGAM.SISEMA Nº 097/2017

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2017.

Para: Vânia Mara de Souza Sarmento

Assessoria dos Órgãos Colegiados – ASSOC

Assunto: Processo de Outorga para ser pautado na CTIL.

Senhora Assessora,

Encaminhamos à V. Sa., processo abaixo elencado, para que seja pautado na próxima Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG.

AUTUADO	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO
BESA LTDA	0478.09.0004	993/2009

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais dúvidas e outros esclarecimentos, que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Danilo Cezar Torres Chaves

Diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de
Gerenciamento de Recursos Hídricos

Recebemos - ASSOC	
Belo Horizonte, 13 de 11 de 2017	
Horário: 16h	
<i>[Assinatura]</i>	